Governo elabora plano de guerra para a remoção

Preocupado com o aumento nos focos de invasão no Distrito Federal, o Serviço de Vigilância do Solo (Siv-Solo) e a Coordenação das Administrações Regionais (Sucar) reuniram ontem todos os administradores regionais para apresentar um rigoroso plano de fiscalização, a fim de evitar a criação de novas invasões, como a da Estrutural.

Pelo menos 150 focos de barracos foram identificados recentemente no DF e a ordem do Palácio do Buriti é remover todos eles. Para que os imigrantes recém-chegados à Capital da República não se fixem irregularmente na terra, o governo está colocando à

disposição das administrações regionais 18 equipes com veículos ligados a uma central de rádio para receber informações sobre qualquer invasão e promover a remoção.

Autonomia - A reunião com os administradores aconteceu ontem no Palácio do Buriti e foi aberta pela vice-governadora Arlete Sampaio, que abordou a política do GDF sobre as invasões, o fim da "farra dos lotes promovida pelo governo anterior" e deu total autonomia aos administradores para que eles coibam a ação dos invasores.

Depois, falou a presidente do Instituto de Desenvolvimento Habitacional de Brasília (Idhab), Alexandra Reskche, sobre as alternativas habitacional para os sem-teto. Em seguida, os técnicos do Siv-Solo apresentaram uma radiografia com a localização de todas as invasões, parcelamentos irregulares e assentamentos de sem-terra.

Cochilo - Para o coordenador da Sucar, Pedro Braga, é fundamental que os administradores regionais estejam engajados no processo. Segundo ele, não deve haver cochilos por parte de ninguém. "Assim que for identificado qualquer novo foco, é essencial que ele seja comunicado imediatamente. Não podemos compactuar com invasões irregulares e nem permitir a criação de novas Estruturais", explica Braga.

Entre as alternativas apresentadas pelo Idhab para os invasores estão o retorno dos imigrantes aos seus estados de origem, com passagens pagas pelo GDF, o pagamento temporário de aluguel até que a família seja empregada e consiga se manter sozinha, ou a formação de grupos e cooperativas para obter financiamentos acessíveis do governo e da Caixa Econômica Federal para a construção da casa própria em regime de mutirão. (ME)

661 A J J 87
SIV-SOLO
DF